



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio
Parque Nacional da Serra da Bocaina – PNSB

MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA

LOCAL: Auditório Projeto Guri - São José do Barreiro/SP

DATA: 29/11/2013

HORA: 9h50 às 17h.

PARTICIPANTES:

Francisco Livino – Chefe do PNSB; **Maristela Resendes** e **Mara Pais** - Analistas Ambientais do PNSB; **Eduardo Godoy** – APA Cairuçu; **Natalia Lossio** – PESM- Núcleo Picinguaba; **Mirian Reis** – SAPE; **Eliane Viana** – Assoc. dos Produtores Rurais do Vale Mambucaba; **Dilcilene Azevedo** – Assoc. Moradores do Sertão do Bracuhy; **Fausto Campos** – Assoc. de Moradores de Trindade; **Isaias da Apresentação, Robson Possidonio, Valdeci Carmo, Valdair dos Santos, Izaias de Amorim, Lucas do Carmo, Pedro Henrique Amorim e João (pescador)** – Assoc. de Barqueiros de Trindade; **Mamede Ferreira Neto** – BarreiroTur; **Adriana Hoffegen e Mariza Tunala** – Prefeitura de Angra dos Reis; **Ismael Soares Filho** – SerrAcima; **Rodrigo Barros** – INEA; **Noé Lopes** – Caxadaço Bocaina Mar; **Vanda Lúcia Pires** – Assoc. Moradores e Amigos da Bocaina; **João Carlos Lutz** – Sala Verde Sertões da Bocaina; **Pablo Pontes** – INCRA/RJ; **Jáderson Mendes** – Prefeitura de Paraty; **Rodrigo Massiere** – Prefeitura de Cunha; **José Milton Serafim, Antonio Aparecido da Silva, Sônia Dietrich** – Prefeitura de São José do Barreiro; **Cristiana Seixas, Luciana de Araújo e Natalia Bahia** – UNICAMP; **Evaldo Todão** – Associação de Moradores Sertão Ubatumirim.

PAUTA:

- Informes gerais;
- Apresentação ABAT; (sugestão de inclusão pela ABAT)
- Resultado do GT sobre Monitoria do Plano de Manejo do PNSB em Trindade;
- Apresentação resumida dos resultados das pesquisas realizadas no PNSB que foram apresentadas no ***I Encontro de Pesquisas do PNSB*** em junho; (adiada devido a imprevistos)
- Apresentação do Programa de Voluntariado (sugestão de Inclusão pelo PNSB).

DISCUSSÕES DA PAUTA:

a) Início da reunião

A reunião iniciou às 09h50min com a secretária executiva do conselho, Maristela Resendes, solicitando aos conselheiros que tem veículos institucionais, para apoiar no deslocamento de conselheiros que precisam de carona, pois representantes de duas instituições conselheiras (Associação dos Moradores e Artesãos do Areal do Taquari - AMOART e Associação dos Remanescentes de Quilombos Santa Rita do Bracui) não estavam presentes na reunião devido a falta de transporte. E desta forma, a ausência de ambos representantes estava justificada. Em seguida o presidente do Conselho Consultivo do PNSB, Francisco Livino, deu boas vindas aos conselheiros, informando que, depois de um importante período de auto estruturação, esta seria a primeira oportunidade real em que o conselho se manifestaria formalmente quanto a um tema relevante da gestão da unidade. Depois foi solicitado que alguém se manifestasse para ler a memória da reunião ordinária do conselho consultivo realizada em Angra dos Reis no dia 11 de julho do corrente ano. Luciana de Araújo da UNICAMP se dispôs a ler o documento. Após a leitura Isaias da Apresentação solicitou que fosse realizado um ajuste no conteúdo da memória, os presentes concordaram e em seguida aprovaram por unanimidade o conteúdo do documento. O prefeito de São José do Barreiro, José Milton Serafim, que chegou durante a leitura da memória da reunião, teve um espaço para dar boas vindas aos conselheiros e durante sua fala enfatizou a importância do PNSB para a cidade. Em seguida foi apresentada a pauta da reunião com alguns ajustes para aprovação da assembleia. Foi excluída a apresentação dos resultados das pesquisas realizadas no Parque e incluídas dois temas: Apresentação da ABAT sobre a pesca realizada em Trindade; e Apresentação do Programa de Voluntariado do PNSB. As propostas de

ajustes na pauta foram aprovadas por unanimidade. Após deu-se início aos informes gerais.

b) Informes Gerais

Francisco Livino fez os informes sobre o PNSB: **1. Obras da Estrada Paraty-Cunha** - o calendário está em dia, em alguns locais da estrada já há drenagens, contenções e meio fio. O ITERJ, com participação do PNSB fez vistoria de áreas com vistas à desapropriação das áreas que receberão estruturas gerenciais e à montagem da malha fundiária para regularização pelo ICMBio. **2. Pedra da Macela** - o PNSB e PARNA Itatiaia tiveram reunião em agosto com a direção de Furnas na presença do MPF de Angra dos Reis e de Resende para discutirem as medidas mitigadoras e compensatórias apresentadas pelo ICMBio referente as instalações de Furnas no interior dessas UCs. FURNAS até a presente data ainda não se manifestou em relação às medidas. **3. Fazenda Independência e Paraty Mirim em Paraty** - a negociação está em curso com a Prefeitura e INEA para destinação das áreas aos três entes: A princípio as áreas abrangidas pela proposta da criação do Parque Estadual da Juatinga serão repassadas ao INEA, as áreas inseridas no PNSB, ao ICMBio e as áreas ocupadas à Prefeitura para viabilização da regularização fundiária dos ocupantes. **4. Cadastramento dos ocupantes do Núcleo de Colonização Senador Vergueiro (NCSV)** - essa área engloba quatro fazendas (das Posses, Lageado, da Entrada e das Garrafas) e foi priorizada pelo PNSB para foco inicial da regularização fundiária, por tratar-se de terras da união, ainda ocupadas e por concentrar a quase totalidade dos focos de incêndio no interior do Parque, a primeira ação foi notificar todos os ocupantes da área solicitando a entrega de documentação das terras para devida análise. Espera-se que no próximo ano a questão fundiária dessa área seja solucionada. Esse trabalho vai equacionar o passivo ambiental de 43 anos ao mesmo tempo em que terá um resultado social e ambiental mais efetivo, apresentando uma relação custo (R\$) x benefício (ambiental) extremamente favorável. **5. Visita Técnica no PARNA Serra da Capivara** - acontecerá na primeira semana de dezembro com a participação do chefe do PNSB, três diretores da ECONSENSO e assessor da diretoria de planejamento do ICMBio. O chefe do Parque da Serra da Capivara e a presidente da FUMDHAM (Fundação Museu do Homem Americano), instituições responsáveis pela gestão do Parque, acompanharão a visita técnica para apresentar as boas práticas e principais dificuldades da gestão compartilhada, além de apresentar a estrutura e o funcionamento do Parque Nacional. O resultado da visita será apresentado aos conselheiros na próxima reunião do conselho consultivo para ser discutido. Aparentemente a gestão compartilhada funciona bem. Durante esse informe foi apresentado alguns slides sobre o PNSB contendo informações fundamentais necessárias a implantação do parque como um todo (*O Parque hoje; Resultados gerenciais; Contexto do Estudo do Semeia sobre viabilidade econômica; Zoneamento gerencial - bases e postos de informação e controle; Quadro resumo de servidores; quadro resumo financeiro; Composição dos custos no projeto original sem as reduções*), os referidos slides estão no anexo 1. **6. Candidatura de Paraty a Patrimônio Mundial** - Há algum tempo Paraty se candidata pela UNESCO a Patrimônio Mundial, a proposta era se candidatar novamente para concorrer ao título em 2014, porém, em setembro dois consultores foram a Paraty avaliar o dossiê em elaboração, o documento teve várias sugestões e críticas (principalmente na área ambiental). Paraty sempre concorreu como Patrimônio Cultural, porém foi avaliada a importância de ser uma candidatura mista Cultural e Natural. Desta forma, foi estabelecido que Paraty não concorrerá ao título em 2014 e a prefeitura juntamente com as instituições ambientais e IPHAN vai elaborar um dossiê mais consistente até setembro de 2014 que abrangerá, na área ambiental, toda a área do PNSB, possivelmente parte da Reserva Ecológica da Juatinga e parte da área marinha ainda a ser definida, para concorrer ao título de Patrimônio Mundial em 2015. **7. Fechamento da Praia do Meio** - Após várias reclamações da Prefeitura e comunidade sobre a bagunça que se instalou na Praia do Meio após a retirada dos bares, o PNSB fez um acordo com a prefeitura para a coleta de lixo na área. Além disso, o ICMBio assinou um Termo de Concordância Mútua juntamente com a prefeitura e representante da TDT (empresa dona da área em Trindade) para instalação de cancela na entrada do PNSB. As famílias que residem no interior da UC e as que têm direito, além das associações, receberam cópia da chave da cancela. Já na primeira noite após a instalação, vândalos destruíram a cancela. No dia seguinte nova cancela foi instalada no local. Após a Operação de Proclamação da República, novamente os vândalos quebraram o cadeado. As ocorrências já foram comunicadas ao MPF, aguardando as providências cabíveis para a identificação e responsabilização dos responsáveis **8. Compensação Ambiental** - o Comitê da Compensação Ambiental aprovou ontem a destinação de R\$4 milhões em recursos de implementação para o PNSB, destes, provavelmente cerca de R\$3 milhões serão aplicados em Trindade e o restante na melhoria das estruturas em São José do Barreiro e na complementação para o Sertão de Mambucaba. **9. Portal do PNSB no Sertão de Mambucaba** - Esta sendo elaborado um Termo de

Ajustamento de Conduta (TAC) entre ICMBio e Prefeitura de Angra dos Reis, tendo o Ministério Público Federal como interveniente, visando estabelecer procedimentos e obrigações às partes com vistas à recuperação dos passivos ambientais e sociais instaurados na relação entre o PNSB e o município de Angra dos Reis. Está previsto no TAC a implantação de estrutura de recepção de visitantes (portal) e também o cadastramento das ocupações existentes no interior do Parque localizados entre os rios Periquito e Mambucaba, estima-se que há mais de 300 ocupações nessa área. O portal será construído na área que foi expropriada judicialmente, Fazenda Porto Grande/Laranjeiras, e que está de posse da União, serão necessários aproximadamente R\$800mil para viabilizar a construção. Após os informes sobre o PNSB foi aberto espaço para os demais conselheiros passar os informes de suas instituições, mas ninguém se manifestou.

c) Apresentação da Associação de Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade - ABAT

Robson Possidonio, presidente da ABAT, fez a apresentação sobre a pesca realizada em Trindade por moradores locais, inclusive no interior do PNSB. Iniciou colocando que a pesca não foi contemplada na monitoria do Plano de Manejo do PNSB para Área Estratégica Interna de Trindade, e que esse tema é fundamental visto que a pesca artesanal sempre existiu em Trindade e que ainda há pessoas que vivem dessa atividade. Robson contou como a pesca tradicional caiçara vem sendo realizada atualmente em Trindade também um pouco da história dessa atividade, ressaltando a importância da baía Caixa d'Aço: *Não é possível pescar com cerco flutuante na costa do Cambury, fora da área do Parque. Além disso, a pesca de linha e rede de espera só é possível quando o mar no Cambury está calmo; Os pescadores de Trindade utilizam várias formas de pesca (rede de fundo, rede boiada, cerco flutuante, espinhel); Um cerco novo custa aproximadamente R\$6mil; Quando o vento sudoeste é predominante não tem como sair pro mar para pescar; No interior do PNSB há 3 pontos tradicionais de pesca com cerco que são usados durante o ano todo; 60% da pesca em Trindade ocorre no interior do PNSB; Fora da área do PNSB há apenas dois pontos de cercos (Córrego seco e Galeta); A baía Caixa d'Aço é tão importante para nós que a gente lá pesca lula, pesca com rede de fundo, boiada e espinhel, além da pesca com cerco. Aparece muita sardinha verdadeira nessa área de dezembro para frente, para nós é significativa a sardinha porque outros peixes vêm junto com ela, mas a gente não pega a sardinha por causa do defeso. Às vezes entre aproximadamente de 3 a 4 toneladas de sardinha no cerco no interior do PNSB nessa época e nós soltamos todas vivas quando visitamos a rede. Essa rede possibilita a soltura do peixe ainda vivo, assim, podemos escolher o peixe que queremos; A pesca artesanal tem um importante valor cultural e para a segurança alimentar da comunidade de Trindade; Temos a preocupação com a nossa cultura, atualmente há três pessoas da ABAT (Noé, Robson e Val) que estão aprendendo a arte de fazer canoa para que esse conhecimento não se perca com o tempo; Nos cercos fora do Parque só dá para pescar de 3 meses por ano; Trindade fornece peixe também para as comunidades ao seu redor; Os barcos de pesca industrial vem aqui e capturam 200 toneladas de xerelete, 300 de sardinha. A gente respeita a natureza e eles não. Às vezes quando aparece barco fazendo a pesca predatória dentro da baía Caixa d'Aço, nós mesmos tomamos providências para tirá-los. De forma alguma a ABAT é contra o PNSB; Nós temos essa preocupação com a preservação porque somos os beneficiários diretos, por exemplo, não pega esse peixe pequeno porque ele será o peixe grande amanhã, entre outros; Foi entendido pela ABAT que no Plano de Manejo a pesca realizada em Trindade é uma atividade predatória, fazendo com que eles se sentissem prejudicados porque essa pesca causa o menor impacto possível.* Robson enfatizou que acima de tudo eles respeitam o ciclo natural. Isaias da Apresentação complementou dizendo que a pesca de cerco não pega peixe que vive na baía Caixa d'Aço pega peixe de passagem, aqueles que passam por lá. Rodrigo do INEA perguntou se existe algum respaldo por parte de outras UCs que permite realizar atividades na Unidade que não seja objetivo de proteção específica do Parque, disse que a área marinha do PNSB é muito pequena em relação à área total do Parque. Em seguida Francisco Livino explicou que o PNSB é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e não de Uso Sustentável, e que as atividades permitidas em UCs de Proteção Integral não contemplam o uso direto de recursos (extração, coleta, etc.). Esclareceu que as estruturas de apoio e a própria visitação podem gerar pequenos impactos, porém os impactos positivos da atividade para o meio ambiente superam e justificam os pequenos impactos gerados. Informou ainda que o Plano de Manejo é um instrumento infra legal (está abaixo das Leis), portanto não pode ir contra as mesmas. Livino complementou dizendo que a gestão do PNSB tem que seguir o que diz na Lei, e que conhece apenas uma forma resguardada na lei para tratar da pesca no interior do Parque que é o Termo de Compromisso. Ressaltou que o termo de compromisso é uma forma necessariamente transitória para se regulamentar uma situação de conflito antes de sua solução definitiva. Livino respondeu ao Isaias que não justifica

dizer que os peixes do cerco são espécies de passagem, pois o objetivo do PNSB é também proteger essas espécies. Informou ainda que existem UCs que são criadas com foco prioritário na proteção de espécies migratórias (Ex.: Parque Nacional Lagoa do Peixe no RS, importante refúgio de aves migratórias). Pablo, representante do INCRA, disse que a Reserva Biológica do Tinguá nem visitação é permitida, e que na área há uma linha de transmissão que está no Plano de Manejo com zona de uso conflitante, e perguntou se essa situação dá respaldo para colocar esse tipo de zona no Plano de Manejo do PNSB. Livino respondeu que quando há no Plano de Manejo de UC uma Zona de Uso Conflitante essa zona é transitória, o conflito tem que ser resolvido, assim como no Termo de Compromisso. Evaldo colocou que o Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Picinguaba há uma Zona Histórico-Cultural Antropológica e perguntou se é possível ter essa zona no PNSB. Francisco Livino disse que essa zona não é reconhecida pelo ICMBio e que não pode estabelecer no Plano de Manejo algo que a legislação não prevê. Luciana da UNICAMP falou alguns pontos para reflexão: disse que a pesca é conservação *in situ*, baseada em prática local; é uma atividade de manutenção do modo de vida e tem atributos ligados ao turismo e ao ecoturismo artesanal, além de gerar conhecimento que passa de geração a geração, essa dinâmica, não está escrita em livros, museus etc. Disse ainda que teve uma aula na apresentação do Robson e que a fala do Livino respeita o que está na lei; mas é importante considerar uma parceria entre PNSB e pescadores considerando a pesca como uma atividade protetora e fiscalizadora. Francisco Livino colocou que a comunidade antes vivia da pesca e agricultura de subsistência e que houve uma migração, hoje vive praticamente do turismo. Não quer dizer que não tenha pessoas que vivam exclusivamente da pesca; e a forma prevista em lei para viabilizar a pesca no interior do PNSB é o termo de compromisso que deve vigorar até que o governo viabilize a subsistência dessas pessoas. Essas questões devem ser tratadas via termo de compromisso e não no Plano de Manejo. Robson enfatizou a importância de parceria entre o PNSB e a ABAT, Livino concordou com o Robson. Cristiana da UNICAMP fez um breve relato sobre a gestão dos recursos naturais e de áreas protegidas. Ela disse que participa da rede de conservação por comunidade, e que pode disponibilizar textos sobre o assunto. Disse ainda que a WWF, que levanta a bandeira de proteção ambiental, promoveu um simpósio sobre a importância das comunidades na proteção. Finalizou dizendo que tanto a ABAT quanto o Parque querem a proteção ambiental, portanto o caminho é a parceria e não o conflito, e que é necessário buscar o caminho da negociação. Eduardo da APA Cairuçu falou do termo de compromisso construído pela ESEC Tamoios junto com pescadores de Tarituba, completou dizendo que houve grande aprendizagem nessa construção e gerou confiança entre os envolvidos. Francisco Livino disse que com a legislação atual não tem como garantir a atividade (pesca) para sempre na área do Parque. Para permitir a pesca temporária em Unidade de Conservação de Proteção Integral só através do termo de compromisso. Enfatizou que é uma “batalha” construir um termo de compromisso e o desafio maior é aprová-lo no ICMBio sede em Brasília. Um dos sócios da ABAT, presente na reunião, falou que o cerco é uma cultura local e que é complicado extinguir uma cultura, disse ainda que o foco do Parque hoje é o turismo e que poderia incluir a esse turismo a pesca artesanal. Finalizou perguntando como uma pessoa vai manter a família se o Parque prende os petrechos de pesca. Livino fez questão de enfatizar que o PNSB nunca autuou nenhum morador de Trindade por pescar na área do parque, muito menos fez apreensão de petrechos de pesca. O que é realizado durante as operações nos feriados é impedir turistas de pescarem na área do Parque. Finalizou salientando que há duas situações concretas: a primeira é que a pesca no interior do Parque Nacional terá de ser extinta, salvo se houverem mudanças na legislação. A segunda situação é que a pesca não será interrompida de maneira abrupta, de uma hora para outra. Serão respeitados os direitos daqueles que dependem da atividade, e que a executam desde antes da criação do Parque, até que se possa viabilizar alternativas para ela.

d) Apresentação e discussão do resultado do Grupo de Trabalho de Monitoria do Plano de Manejo na área Estratégica Interna de Trindade

Francisco Livino antes de iniciar o conteúdo do documento de monitoria, fez uma breve fala sobre plano de manejo, disse que esse não é um documento de detalhamento das ações, é um instrumento de decisões estratégicas, de macro ações. O Plano de Manejo é um documento dinâmico, é a espinha dorsal do que será feito. Os detalhes são discutidos e previstos em projetos específicos. Os pontos que tiveram ajustes na monitoria do Plano de Manejo da Área Estratégica Interna (AEI) de Trindade foram: Item 1. *Premissa* - foi excluída a parte final da primeira frase. Item 2. *Regulamentos e normas* - Na letra **L** foi realizado ajuste indicando que o conteúdo refere-se a AEI e não ao PNSB como um todo; Livino disse que a observação da letra **P** pode ser excluída e que é para uniformizar os tempos verbais das letras **R** e **S**. Item 3.2. *Ações de Uso Público* - Na letra **G** foi incluído um ponto a mais. Item 3.6 *Ações*

de Valorização e Fortalecimento da Cultura Tradicional Caiçara - foi excluída a palavra *problema* da letra **B** e nessa mesma letra foi incluída a frase: *incorporando o conhecimento da comunidade local, e resguardados os direitos da população tradicional, conforme previsto no artigo 42 do SNUC*. Isaias da Apresentação solicitou que fosse indicado no final do documento um lembrete sobre questão de segurança e tamanho e tipo de embarcação que ele irá propor um conteúdo sobre o tema. O documento discutido está no anexo 02. Os presentes discutiram bastante sobre o conteúdo da monitoria e as alterações foram discutidas em plenária e chegou-se a um consenso. Após realizar a última inclusão no documento foi perguntado se alguém teria mais alguma sugestão de alteração ou consideração a fazer, mas ninguém se manifestou. Todo documento foi lido e amplamente discutido com os conselheiros e todas as sugestões foram incorporadas quando possível. Às 16h30min foi finalizada a apresentação e discussão da monitoria, considerando que a viagem dos conselheiros de volta para seus municípios é longa, foi sugerido que a pauta Programa de Voluntariado ficasse para próxima reunião do conselho em 2014. Os presentes concordaram com a proposta. Em seguida Francisco Livino agradeceu a presença de todos e disse que foi uma das reuniões mais representativas que o conselho já teve e passou a palavra ao prefeito de São José do Barreiro, José Milton, que também agradeceu a presença de todos e falou sobre a importância da troca de conhecimentos entre as pessoas da parte baixa do PNSB com as pessoas da parte alta; e finalizou dizendo que o município está aberto para receber mais vezes a reunião do Conselho Consultivo do PNSB. Durante a apresentação do conteúdo da monitoria do Plano de Manejo, o chefe do PNSB falou que *“A pesca artesanal em Trindade realizada por caiçara não vai acabar de uma hora para outra é preciso pensar em criar oportunidades para aqueles que dependem dessa atividade”* os representantes da ABAT fizeram questão que essa fala fosse registrada na memória da reunião e os conselheiros presentes concordaram com a sugestão.

Considerando que todas as principais discussões foram relatadas e, nada mais havendo a lavrar, encerro a presente Memória de Reunião com 18 (dezoito) páginas, sendo que dessas, 13 (treze) páginas correspondem aos Anexos 01 e 02; e 1 (uma) página com arquivo fotográfico da reunião; todas numeradas e rubricadas. Redigiu a presente Memória de Reunião a Secretária Executiva do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina, Maristela Resendes.

Maristela Resendes
Secretária Executiva do Conselho Consultivo
Parque Nacional da Serra da Bocaina

Francisco Livino
Presidente do Conselho Consultivo
Parque Nacional da Serra da Bocaina

ANEXO 1: SLIDES CONTENDO INFORMAÇÕES SOBRE O PNSB APRESENTADOS DURANTE O INFORME SOBRE GESTÃO COMPARTILHADA.



O Parque Hoje:

- Maior UC de proteção integral da CR08 (RJ, SP, MG – mata atlântica);
- Área superior à soma das demais UC (proteção integral) do RJ;
- Extremo potencial para a conservação, visitação e geração de desenvolvimento econômico e social ao entorno – entre RJ e SP;
- Visitação informal estimada superior a 500 mil visitantes ano, com forte potencial de ampliação após investimentos;
- Enorme acúmulo de passivos ambientais e sociais;
- Ações governamentais surtindo efeito e resgatando a gestão, porém ainda em ritmo lento (5 anos: 3 áreas focais, 2 áreas em consolidação);
- Necessidade de investimentos significativos para o resgate e consolidação da unidade.



Resultados Gerenciais (2008/2013):

- Revisão do Plano de Manejo, autorização para o licenciamento e elaboração de projetos para a estrada Paraty-Cunha;
- Ordenamento emergencial da visitação na região da Trindade (praias);
- Demolição dos bares irregulares e embargo de estacionamentos da Trindade com mediação dos conflitos socioambientais;
- Regularização dos terrenos de marinha e elaboração do projeto para a instalação do Centro Técnico e de Visitantes da Trindade em Paraty/RJ;
- Captação de recursos de Compensação Ambiental (aprox. R\$ 30 milhões);
- Subsídios para a instauração de Ações Cíveis Públicas contra ocupantes irregulares com diversas liminares já concedidas;
- Cadastramento e autuação de ocupações irregulares em Angra dos Reis;
- Demolição sumária de ranchos de caça e invasões em curso;



Resultados Gerenciais (2008/2013):

- Fortalecimento de equipe – (aporte de 6 analistas ambientais);
- Fortalecimento da frota (aquisição de 4 novos veículos 4x4);
- Formação e atuação do Conselho Consultivo;
- Regularização fundiária de terras públicas e aquisição de uma gleba privada;
- Elaboração da malha fundiária com identificação de terras públicas;
- Projetos para revitalização do portal Caminho de Mambucaba – S.J. Barreiro;
- Estabelecimento de condicionantes para o licenciamento do Complexo Nuclear de Angra dos Reis;
- Gestão junto a FURNAS para regularização da ETEL Pedra da Macela;
- Estudo de viabilidade econômica para estabelecimento de Parcerias Público-Privado.

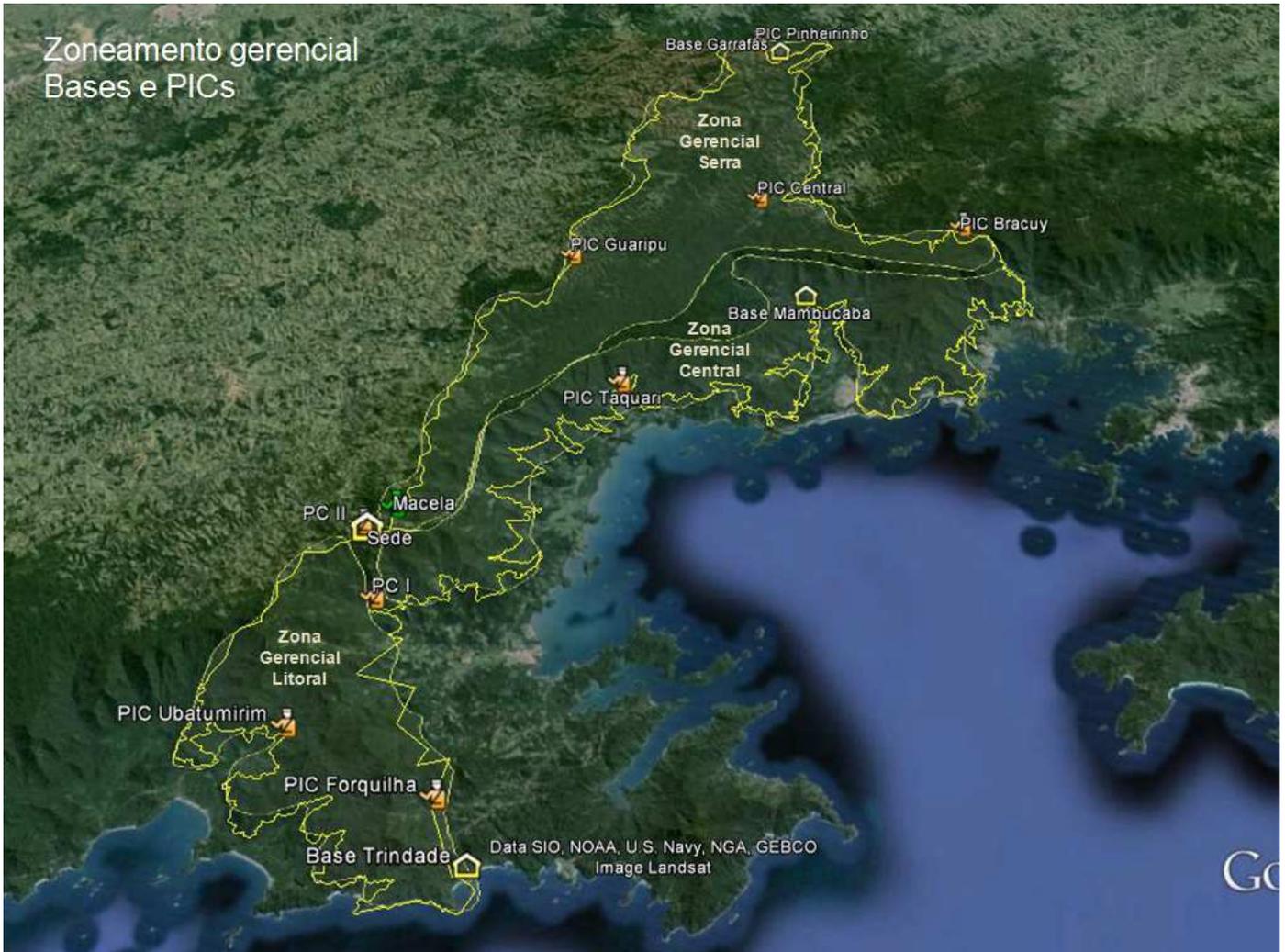


Contexto do estudo:

- Parceria ICMBio / Instituto SEMEIA (SP) para elaboração de estudo de viabilidade econômica para parceria público-privado (2012);
- Projeto original contemplando 21 bases gerenciais / postos de controle ao longo do perímetro (400km);
- Reunião com PRESI/DIPLAN/DIMAN (21 e 22/10/2013) com encaminhamento de revisar estudo visando avaliar pertinência das atividades turísticas e possibilidade de redução de custos;
- Resultados da revisão
Redução de bases /postos de 21 para 13.
Redução de analistas ambientais: de 20 para 16
Redução de técnicos ambientais: de 14 para 7
Redução do aporte de recurso governamental: de R\$ 71 para R\$ 25 milhões.



Zoneamento gerencial Bases e PICs



Quadro resumo de servidores

Núcleo Gerencial	Posto de Controle	Analista Ambiental	Função	Técnico Ambiental	Função
SEDE	Sede	1,17* (valor do DAS)	chefe	2	fiscalização
		1	assessor técnico		
		1	coordenador administrativo		
		1	pesquisa		
		2	regularização fundiária		
	1	proteção			
	Macela (FURNAS)				
PC I					
PCII					
BASE TRINDADE	Trindade	3	gestão do uso público e apoio aos programas	1	fiscalização
	Forquilha				
	Ubatumirim				
	Puruba (FFSP)				
BASE MAMBUCABA	Mambucaba	3	gestão do uso público e apoio aos programas	2	fiscalização
	Taquari				
BASE GARRAFAS	Garrafas	3	gestão do uso público e apoio aos programas	1	fiscalização
	Bracuy			1	prevenção e combate a incêndios
	Pinheirinho				
	Guaripu				
	Central				

Quadro resumo financeiro

Resultados		Unidade de conservação:	PN Serra da Bocaina				
Taxa interna de retorno		10%		Investimento	Receitas 2022	Custos 2022	VPL
Payback (anos)		14	Turismo	14.426	18.236	5.994	52.356
Salários (R\$ mil)		3.767	Atividades	4.880	18.236	5.447	-
Impostos (R\$ mil)		48.002	Infraestrutra	9.546	-	-	-
Eficiência do privado (R\$ mil)		21.605	Marketing	-	-	547	-
Resta para conservação		-24.909	Conservação	12.701	0	7.588	-77.265
Modalidade de concessão		PPP	Total	27.127	18.236	13.582	0

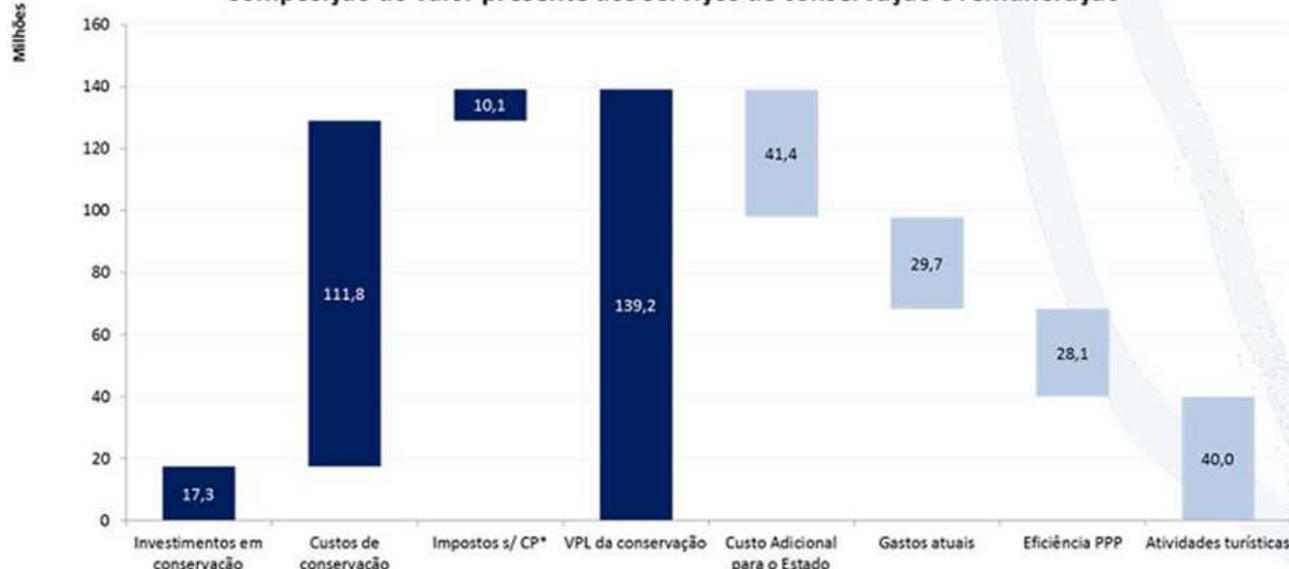
Parâmetros

Ano inicial		2016	Overhead administrativo (% receita)		10%
Número visitantes ano inicial		500.000	Overhead mínimo (R\$)		R\$ 350.000
Número visitantes no 5º ano		651.000	Investimento em marketing (% faturamento)		3%
Cresc. visitação após 5º ano		3%	Taxa de desconto real (%)		10%
			Contraprestações		2.402.123

Composição dos custos na projeto original sem as reduções

- 41,2% dos investimentos em conservação possuem correlação estreita com estruturas previstas nas atividades turísticas.
- 68% das atividades classificadas como "parceria privada"
- Eficiência na gestão contribui com parcela significativa da remuneração do projeto. Baixa necessidade de novos recursos para viabilizar o projeto.

Composição do valor presente dos serviços de conservação e remuneração



*Impostos federais e municipais incidentes sobre a contraprestação do setor público estadual.

Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) (Processo de Monitoria)

Área Estratégica Interna (AEI) de Trindade

1-Premissa:

Esta Área Estratégica Interna (AEI) tem como premissa ser uma amostra bem conservada dos ecossistemas terrestres e marinhos que abriga, promovendo assim a viabilidade das populações biológicas neles inseridas ~~que são extremamente ameaçadas pelo processo de ocupação, por grandes empreendimentos, pela pesca predatória e pelo turismo desordenado ao longo do litoral brasileiro.~~ Deve ainda propiciar aos moradores do entorno e aos visitantes um ambiente saudável, com paisagens com o mínimo de interferências humanas, além de oferecer atividades turísticas, científicas e educacionais ligadas à natureza. Esta área deve também valorizar a cultura caiçara e contribuir para promoção da qualidade de vida da população do entorno imediato. Deve funcionar ainda como o “cartão de visitas” do PNSB em razão de sua intensa visitação, apresentando demais regiões e ambientes do Parque, estimulando sua visitação.

2-Regulamentos e normas:

- a) As edificações, estruturas fixas e vias desta AEI não deverão ocupar área de praia guardando uma distância mínima de 30 metros da faixa de areia e do costão, de acordo com cartograma anexo. Exceções só poderão ocorrer para estruturas de acesso, de controle e de segurança, desde que não haja alternativas locais. (avaliar norma que contemple a proteção das formações vegetais menos representadas nesta AEI)
- b) As edificações implantadas nesta AEI deverão ter sua linguagem em harmonia com a paisagem natural e com a cultura tradicional caiçara e sempre considerar a minimização de impactos na escolha dos locais e das tecnologias construtivas.

c) O horário de entrada e saída de visitantes no PNSB será em horário diurno, sendo no mínimo das 08:00h às 17:00, havendo adequações de acordo com as estações do ano, horário de verão, observado o horário mínimo.

Obs.1: Os moradores de áreas ainda não regularizadas no interior da AEI Trindade do PNSB, bem como seus visitantes, hóspedes e familiares, terão trânsito livre, independentemente do horário, devendo para isto serem cadastrados e portarem identificação.

Obs. 2: A visitação fora do horário do caput poderá se dar desde que previamente autorizado pelo ICMBio.

Obs. 3: As manifestações culturais e/ou religiosas locais que não gerem impactos significativos ao meio ambiente deverão ser autorizadas.

Obs. 4: Os moradores do entorno que exerçam atividades tradicionais dentro do PNSB que não gerem impactos ao meio ambiente (ex.: visualização das condições do mar, etc) deverão ser cadastrados e autorizados a acessar o PNSB fora do horário de visitação, desde que portem identificação.

Obs. 5: As autorizações citadas acima nas observações 2, 3 e 4, poderão ser revogadas caso haja desrespeito às normas e regulamentos.

Obs. 6: Em situações excepcionais, a critério da gestão do PNSB, o horário mínimo de visitação pode ser alterado.

d) Se implementada a cobrança de ingressos nesta AEI do PNSB, deverá ser garantida a isenção para moradores da Vila de Trindade e familiares em primeiro grau, desde que previamente cadastrados e portarem identificação.

Obs.1: Visitantes dos moradores de áreas ainda não regularizadas no interior da AEI Trindade do PNSB terão isenção de ingresso, devendo para isto serem cadastrados e portarem identificação. Excluem-se desta isenção hóspedes cuja relação com os moradores seja comercial;

Obs.2: A política de valores de ingressos poderá incluir descontos para moradores do Município;

e) O cemitério existente dentro dos limites do PNSB continuará existindo e funcionando. A área ocupada pelo cemitério não poderá ser ampliada e nem modificado seu aspecto na paisagem (ex.: a altura dos muros e das edificações não poderão exceder as máximas atualmente existentes). Sua manutenção e administração não é de responsabilidade do ICMBio.

Obs.: O acesso ao cemitério se dará por via livre, exclusiva e independente determinada pelo ICMBio.

f) O estacionamento no interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina, só será permitido para veículos a serviço do PNSB, de servidores e de convidados do ICMBio; para pessoas com necessidades especiais; para moradores *de áreas ainda não regularizadas* no PNSB; e para transportes coletivos cadastrados, caso seja definida área para tal. Os veículos não pertencentes à administração da UC deverão ser cadastrados e identificados, assim como seus condutores.

Obs.1: Deverá ser estimulada política e alternativas para o transporte turístico coletivo ao PNSB. A comunidade deverá participar das definições destas políticas.

Obs.2: A quantidade de vagas disponível nesta AEI dependerá de projeto específico, considerando as demandas acima citadas.

g) Atividades de comércio de alimentação, bebidas, de hospedagem e ambulantes não serão permitidas nesta AEI do PNSB. Exceções podem ocorrer unicamente para atividades a serem executadas por moradores que ocupem *áreas ainda não regularizadas* no interior do PNSB e que ainda não foram objeto de regularização fundiária, e desde que as atividades estejam previstas em Termos de Compromisso ou documento similar.

Obs.1: A comunidade deverá ser ouvida sobre qualquer alteração desta disposição do Plano de Manejo:

h) Não é permitido o acesso aos atrativos restritos (trilhas, piscina natural, rios, poços e cachoeiras) portando cigarros, produtos com embalagens descartáveis e com coolers, bolsas térmicas e isopores.

i) Não é permitido o consumo de alimentos nos atrativos restritos (piscina natural, rios, poços e cachoeiras).

j) Não é permitido fumar nos atrativos restritos (trilhas, piscina natural, rios, poços e cachoeiras).

k) Não é permitido o uso de produtos de limpeza, higiene pessoal, protetores solares e similares nos atrativos restritos (trilhas, piscina natural, rios, poços e cachoeiras).

l) Não é permitida acender fogo e fogueiras no interior **desta AEI**.

m) Não é permitida a entrada, consumo e comércio de bebidas alcoólicas e de outros entorpecentes dentro da AEI de Trindade. A entrada e permanência de pessoas apresentando indícios de embriaguês e de utilização de entorpecentes também não é permitida.

n) A partir da implantação das estruturas de embarque e desembarque, não será permitida a entrada de embarcações dentro da Piscina Natural, exceto para resgates de acidentados e situações de emergência ou com autorizações prévias do PNSB.

o) Qualquer material publicitário, de sinalização e interpretação no interior do PNSB só poderá ser utilizado se previamente autorizado pela administração, seguindo-se as normas vigentes.

p) A utilização de aparelhos sonoros não é permitida, exceto se previamente autorizada pelo PNSB.

Obs.: Excetua-se da regra acima os moradores que ocupam áreas ainda não regularizadas no interior do PNSB, respeitando limites que não venham a promover impactos/incômodos no entorno das áreas ocupadas.

q) Sons e ruídos externos não podem afetar o PNSB, não podendo ultrapassar o limite de 40 decibéis a serem aferidos em qualquer ponto no interior da Unidade de Conservação.

- r) Não será permitido o camping livre no interior desta AEI.
- s) Não é permitida a realização de esportes náuticos motorizados (moto aquática, lanchas etc).
- t) O acesso ao PNSB por via marítima poderá se dar desde que previamente autorizado, portando ingresso (se houver), respeitando a velocidade máxima de 5 nós e a capacidade do número de poitas de fundeio existentes. Avaliar em conjunto com a Procuradoria Especializada/AGU e MB. MB = a entrada à praia deve ser perpendicular e a no máximo 3 nós. MB = poitas e cais devem ser previamente autorizados pela MB:
- u) Não será permitida nenhuma atividade de manutenção de embarcações, exceto em emergência, e descarte de resíduos/efluentes de qualquer espécie (água de porão, lastro, resíduos sólidos etc).
- v) Deverá ser estimulado que todas as atividades e serviços que serão realizados nesta AEI priorizem a contratação de mão de obra local e a formalização de termos de parceria com instituições locais para a terceirização de serviços/atividades, de modo a qualificar e privilegiar o turismo de base comunitária.
- w) As atividades econômicas passíveis de serem realizadas sob responsabilidade de pessoas que ocupam *áreas ainda não regularizadas* no interior do PNSB deverão ser formalizadas nos Termos de Compromisso ou documento similar.
- x) Periodicamente o PNSB deverá fazer uma apresentação sobre as principais pesquisas realizadas nesta AEI à comunidade.
- y) Atividades esportivas que tenham potencial de causar danos físicos à terceiros ou que criem obstáculos ao usufruto da área (frescobol, futebol, surfe, kitesurf etc) deverão respeitar zoneamento espacial e temporal definido pela gestão do PNSB.

3-Ações:

3.1 - Ações Gerais:

a) Para melhor controle e recepção do público a entrada de visitantes a esta AEI por via terrestre se dará por acesso único.

b) Deve-se realizar programa de educação ambiental e estimular a capacitação de moradores da Vila de Trindade, visando a geração de emprego e renda à comunidade local, à sensibilização para a importância das Unidades de Conservação, o atendimento às demandas do Parque Nacional e da comunidade local, devendo estimular a conservação ambiental, a qualidade de serviços e atividades e o empreendedorismo em atividades de baixo impacto ambiental;

Obs.1: Deve ser estimulado o uso das instalações e áreas de visitação do PNSB para o programa acima

c) As estruturas nesta AEI deverão contemplar, minimamente: portal de controle de acessos e recepção de visitantes, área de exposições e informações turísticas, espaço multiuso, estrutura administrativa, estrutura de apoio à prevenção de acidentes e estrutura de apoio a pesquisa;

3.2 – Ações de Uso Público:

a) Deverá ser elaborado projeto específico para a implantação do portal de controle de acesso terrestre e recepção de visitantes e área de exposição e informações turísticas para esta AEI. Para tal deverão ser observadas, além das normas e regulamentos deste Plano de Manejo, as seguintes diretrizes:

a.1) Diretrizes para o portal de controle de acesso terrestre e recepção de visitantes:

- O Portal funcionará para o controle e sinalização do acesso ao interior do Parque, bem como para a recepção dos visitantes;
- Deverá haver pelo menos: área de controle de entrada e saída de visitantes e veículos, estrutura para suporte à equipe da portaria e vigilância e estrutura para cobrança de ingressos, se houver.

a.2) Diretrizes para a área de exposição e informações turísticas:

- A área destinada à informação e apoio aos visitantes deverá contar com estruturas capazes de suprir, minimamente: receptivo,

exposição interpretativa permanente sobre o PNSB, a história da região e da cultura local, exposições temporárias, espaço multiuso (palestras, reuniões, projeções, etc.), banheiros públicos e bebedouro;

- A exposição interpretativa permanente deverá abordar a diversidade de ambientes protegidos pelo Parque dando ênfase aos ambientes/ecossistemas da AEI de Trindade, além dos aspectos referentes à cultura caiçara e o histórico da ocupação em Trindade.

- Nesta área deverá estar prevista área para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental que atendam a comunidade local e visitantes.

b) Devem ser tomadas iniciativas de estímulo ao transporte turístico coletivo ao PNSB: como articulação com a Prefeitura de Paraty, empresários e comunidade para estabelecer estratégias de transporte de visitantes para Trindade e definição/adequação de área para embarque e desembarque de micro-ônibus e vans.

d) Deve ser implantada sinalização e interpretação ambiental nesta AEI:

e) As atividades, estruturas, tecnologias, metodologias, trechos, trajetos, usos e atrativos devem ser definidos de forma harmônica e integrada, ouvida a comunidade local.

f) As atividades de uso público atualmente existentes na AEI de Trindade do PNSB compatíveis com suas normas e regulamentos são o uso: das praias do Meio e da Caixa d'Aço, da Piscina Natural da Caixa d'Aço, da Barrinha e da Cachoeira Grande - rio da Pedra que Engole, além das trilhas que dão acesso a esses atrativos; passeio de barco feito pela Associação de Barqueiros da Trindade e atividades autorizadas de ocupantes de *áreas ainda não regularizadas* no interior do PNSB.

g) Previamente à implantação de qualquer atividade de uso público na AEI de Trindade devem ser considerados, minimamente, os seguintes estudos:

- Análise prévia das interferências ambientais;

- Numero Balizador da Visitação do roteiro metodológico do ICMBio, mecanismos de controle e monitoramento;
- Alternativas tecnológicas/construtivas/de traçado/de metodologias/de uso, incluindo a experiência e o conhecimento local, para que a atividade tenha o menor impacto ambiental;
- Interface com outros atrativos/atividades já existentes ou planejados;
- Averiguação da viabilidade econômica e jurídica da atividade ou serviço.
- Levantamento de serviços/ações onerosos necessários à gestão desta AEI que podem ser assumidos como contrapartida na terceirização de atividades/serviços; (link com a norma p)
- **Análise de riscos e plano de prevenção de acidentes da atividade ou serviço**

Obs.: Estes estudos também deverão ser considerados para a adequação/formalização dos atrativos/atividades de uso público que já ocorrem e que são compatíveis com os objetivos, normas e regulamentos deste Plano de Manejo como, por exemplo, o passeio de barco.

h) Atrativos e atividades de uso público podem vir a ser revistos, caso haja evidências de inadequação aos objetivos do PNSB.

3.3 – Ações de Prevenção e Atendimento a Acidentes (Plano de Ação para Emergências):

a) O PNSB deverá elaborar um plano de prevenção e atendimento a acidentes que defina as estruturas, equipamentos, ações e pessoal necessários. O Corpo de Bombeiros pode ser um importante parceiro tanto na elaboração quanto na execução deste plano.

b) O máximo de estruturas permitidas na praia da Caixa d'Áço para este fim serão cadeiras elevadas para apoio a atividade de guarda-vidas.

3.4 – Ações de suporte à Pesquisa:

a) Inicialmente deverá ser feito levantamento das lacunas de informações necessárias para a melhor compreensão, conservação e gestão desta AEI. Com este levantamento realizado, deverá ser feita gestão junto à DIBIO/ICMBio, Universidades, Centros de Pesquisa e demais parceiros para que pesquisas que preencham estas lacunas sejam executadas na área.

b) Devem ser estimuladas também pesquisas que possam auxiliar o desenvolvimento da comunidade local como um todo.

c) O projeto específico para a implantação das Estruturas de apoio à Pesquisa na AEI de Trindade deverá seguir, além das normas e regulamentos deste Plano de Manejo, as seguintes diretrizes:

- As estruturas deverão dar suporte a pesquisadores que venham a desenvolver trabalhos nesta AEI, contendo ao menos: auditório, depósito, laboratório, estacionamento e alojamento com cozinha.

3.5 – Ações de suporte à Área Administrativa:

a) O projeto específico para a implantação das Estruturas Administrativas na AEI de Trindade deverá seguir, além das normas e regulamentos deste Plano de Manejo, as seguintes diretrizes:

- As Estruturas Administrativas desta AEI deverão dar suporte ao trabalho dos servidores do ICMBio e dos funcionários de outras instituições que venham a contribuir com a implantação/gestão do PNSB na AEI de Trindade. Deverá haver ao menos: escritório, depósito, oficina, estacionamento funcional e alojamento com cozinha;

3.6 – Ações de Valorização e Fortalecimento da Cultura Tradicional Caiçara:

a) Estimular o turismo de base-comunitária considerando os elementos, símbolos e as atividades tradicionais caiçaras;

b) Elaborar estudo específico para a solução ~~do problema~~ de usos tradicionais de recursos naturais (pesca, sape etc) anteriores a criação do PNSB no interior desta AEI **incorporando o conhecimento da comunidade local, e resguardados os direitos da população tradicional, conforme previsto no artigo 42 do SNUC;**

Acrescentar questão de segurança e tamanho e tipo de embarcação (Iaiá)

**ARQUIVO FOTOGRÁFICO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PNSB REALIZADA NO AUDITÓRIO PROJETO GURI – SÃO JOSÉ DO BARREIRO/SP
29 DE NOVEMBRO DE 2013**



Foto 01: Participantes da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PNSB realizada no dia 29 de novembro de 2013 no auditório do Projeto Guri em São José do Barreiro/SP.



Foto 02: Leitura da memória da reunião ordinária realizada no dia 11 de julho em Angra dos Reis para aprovação dos conselheiros.



Foto 03: Boas vindas aos conselheiros pelo chefe do PNSB, Francisco Livino, e prefeito de São José do Barreiro, José Milton.



Fotos 04 e 05: Apresentação da Associação de Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade (ABAT) sobre a pesca realizada no interior do PNSB.